

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 08 de dezembro de 2023 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

## Consultor Jurídico | BR

Direitos Autorais

Prazo decadencial do artigo 38 do CPP e os crimes contra a propriedade imaterial .....	3
--	---

## Jornal do Comércio RS - Online | RS

08 de dezembro de 2023 | Denominação de Origem

Busca pela Denominação de Origem cresce no Vale dos Vinhedos .....	5
--	---

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | JORNAL DO COMÉRCIO

## Migalhas | BR

08 de dezembro de 2023 | ABPI

Lançada a obra "Manual de Propriedade Intelectual" .....	6
--	---

08 de dezembro de 2023 | Propriedade Intelectual

Lançada a 27ª edição da "RDAI" .....	8
--------------------------------------	---

## Prazo decadencial do artigo 38 do CPP e os crimes contra a propriedade imaterial

Opinião Prazo decadencial do artigo 38 do CPP e os crimes contra a propriedade imaterial

A propriedade imaterial consiste no conjunto de bens intelectuais e direitos da personalidade. Deste gênero, advêm os **direitos** autorais, copyrights, patentes, designs, entre outros.

A grande maioria dos crimes contra a propriedade imaterial se encontram tipificados em legislação específica, qual seja, a Lei nº 9.279/96. Por serem considerados crimes de natureza especial, esses delitos se submetem às regras constantes nos artigos 524 a 530 do Código de Processo Penal.

O artigo 529 do CPP estipula um prazo decadencial específico aplicável a esse tipo de delito, quando processados mediante ação penal privada, ao definir que "os crimes de ação privativa do ofendido, não será admitida queixa com fundamento em apreensão e em perícia, se decorrido o prazo de 30 dias, após a homologação do laudo".

Por outro lado, o artigo 38 do CPP disciplina a regra geral referente ao prazo decadencial a ser observado na propositura da queixa-crime e exercício do direito de representação: "salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do artigo 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia".

Diante de tal cenário, surge-nos a dúvida acerca da aplicabilidade do artigo 38 aos crimes contra a propriedade imaterial, vez que, aparentemente, seriam exceções à regra geral constante no artigo 38 do CPP.

Há quem defenda que, por haver rito específico previsto em lei para esse tipo de delito, a regra geral do

artigo 38 do CPP não seria aplicável. Por consequência, uma queixa-crime apresentada após o prazo de 6 meses, contados a partir da ciência da autoria, mas dentro dos 30 dias após a homologação do laudo pericial, seria tempestiva.

Os que defendem essa linha valem-se do argumento de que deve ser aplicado o princípio da especialidade, para que seja afastada a aplicabilidade do artigo 38 e aplicado o 529.

Por outro lado, parte da doutrina sustenta que as regras constantes nos artigos 38 e 529 do CPP devem ser interpretadas de maneira sistemática, ou seja, não deve uma norma afastar a aplicabilidade da outra. Assim, embora os crimes contra a propriedade imaterial possuam procedimento próprio, tal cenário não deve alterar o prazo decadencial de seis meses para o oferecimento da queixa-crime.

Pois bem, ao realizar uma análise conjunta dos artigos mencionados, pode-se concluir que: em se tratando de crimes contra a propriedade imaterial que deixem vestígio, a ciência da autoria do fato delituoso dá ensejo ao início do prazo decadencial de seis meses. Tal prazo deverá ser reduzido para 30 dias se, neste íterim, for homologado laudo pericial. Neste sentido é o entendimento de doutrinadores, tais como Guilherme de Souza Nucci [1] e Renato Brasileiro de Lima [2].

Vê-se, portanto, que as regras contidas nos diferentes dispositivos, apesar de aparentarem - em primeira vista - contraditórias, na realidade são plenamente compatíveis.

Destarte, a segunda linha aparenta carregar maior perspicácia, não apenas em razão da possibilidade de aplicação simultânea dos artigos em questão, mas também porque adotar interpretação diversa implicaria sujeitar o início do prazo decadencial à von-

Continuação: Prazo decadencial do artigo 38 do CPP e os crimes contra a propriedade imaterial

tade do querelante. Afinal, caso assim fosse, o querelante, a qualquer tempo - inclusive passados anos após ter tomado ciência dos fatos e de sua autoria - poderia pleitear a produção do laudo pericial, vindo reabrir, a partir da data da ciência da homologação deste, o prazo para oferecimento de queixa-crime.

Este é, inclusive, o entendimento já aplicado pelo STJ (STJ - REsp: 1.762.142/MG 2018/0080852-9, relator: ministro Sebastião Reis Junior, data de julgamento: 13/4/2021, T6 - 6ª Turma, data de publicação: DJe 16/04/2021).

Isto posto, para solução inequívoca da questão ora analisada, é imprescindível analisar o intuito do legislador ao redigir o artigo 529, ou seja, realizar uma interpretação teleológica do dispositivo. Parte da doutrina defende que a regra constante no artigo 529 possui o intuito, tão somente, de impedir que o acusado restasse privado dos materiais apreendidos por tempo indefinido, eis que situação não seria razoável.

Para além disso, há de se considerar que o artigo 529 CPP estipula prazo específico para a admissão de queixa-crime, especificamente, nos casos que se sustentam em apreensão de material que demanda a realização de perícia.

Todavia, nem sempre a queixa-crime que trata da propriedade imaterial é fundamentada em perícia

ou qualquer outra diligência complementar. Muitas vezes, a queixa é distribuída anteriormente à requisição de realização de perícia. Nestes casos, tendo sido a peça inaugural apresentada antes da juntada do laudo pericial, por óbvio, essa não teria fundada no que fora descoberto do por meio da perícia.

Afinal, eventuais diligências, tais como a perícia, são desempenhadas com o simples intuito de obter provas capazes de demonstrar eventual materialidade do delito, ou seja, elemento que não se confunde com a autoria. Caso a ciência da autoria somente se dê em momento posterior, a prazo decadencial do artigo 38 sequer se inicia.

Enfim, na nossa interpretação, o prazo do artigo 529 do CPP somente é aplicável - e ainda, de maneira simultânea ao prazo de seis meses - apenas nas hipóteses em que a queixa é fundada nos elementos constatados a partir da perícia.

Ou seja, o ofendido deverá propor a queixa dentro do prazo do artigo 38 do CPP, quando ciente da autoria. Todavia, quando a queixa for fundada em diligências realizadas ao longo de uma investigação, o prazo deverá ser reduzido para 30 dias, contados a partir da homologação do laudo.

Mariana Malta Werkema É Advogada Criminalista  
No Tpc Advogados.

# Busca pela Denominação de Origem cresce no Vale dos Vinhedos

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Primeira região do país reconhecida com **Denominação** de Origem (DO) para vinhos e espumantes, o Vale dos Vinhedos terá, neste ano, o maior número de vinícolas em busca do recebimento da certificação desde que o local obteve tal distinção, em 2012. A Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale), gestora da **Indicação** Geográfica Vale dos Vinhedos e responsável pelo processo de reconhecimento dos vinhos, realiza a avaliação de 41 amostras de 14 estabelecimentos nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, na Embrapa.

A maior parcela delas, 21, será de vinhos tintos. Outras 11 são de vinhos brancos, enquanto os espumantes somarão nove, sendo cinco para brancos e quatro para rosés. O total de garrafas demandadas para DO somam 885 mil unidades. As análises, realizadas no ano da safra, serão conduzidas por sete enólogos.

Esse é um processo anual dividido em três etapas, das quais duas já foram realizadas. Para chegar até aqui, as vinícolas requerentes precisam enviar o Formulário de Declaração de Safra. Por meio dele, elas comprovam a procedência da uva utilizada, que deve ser unicamente da região demarcada para a DO Vale dos Vinhedos, além de terem seus produtos pro-

cessados no Vale.

As especificações são rígidas. As videiras precisam ser plantadas em espaldeiras, com produção controlada - até 10 toneladas por hectare para vinhos e 12 toneladas por hectare para espumantes - numa área delimitada, seguindo regras mais específicas em relação ao cultivo da uva e da elaboração do vinho. Ao terem a documentação aprovada, as vinícolas têm amostras dos vinhos coletadas pelo consultor técnico da Aprovale. Apenas ele sabe de quais vinícolas são os rótulos, uma vez que eles são etiquetados unicamente com códigos. É dessa maneira que as garrafas chegam aos avaliadores, identificadas por números e com a variedade da uva com a qual o vinho foi elaborado.

Passar pelo crivo do qualificado time de jurados não significa que os rótulos já possam ir ao mercado ostentando o selo de DO. A segunda prova é feita imediatamente antes da comercialização, tendo por finalidade confirmar a manutenção das tipicidades do Vale dos Vinhedos. Somente em caso afirmativo é que as bebidas podem ir às gondolas exibindo a distinção.

Atualmente, há 12 vinícolas no Vale dos Vinhedos com rótulos reconhecidos por **Denominação** de Origem, elaborados com sete variedades de uva. Além da DO, a Aprovale reconhece vinhos com Indicação de Procedência (IP), cujo regramento é mais flexível. Neste caso, o título se relaciona ao nome geográfico do lugar conhecido por elaborar ou produzir determinado bem ou serviço. Neste ano, duas amostras de vinhos tintos concorrem para receber a IP Vale dos Vinhedos.

## Lançada a obra "Manual de Propriedade Intelectual"



Lançada a obra "Manual de Propriedade Intelectual"

Lançamento

0

Produzida pela OAB/SP, a obra "Manual de Propriedade Intelectual" (Almedina - 608p.), sob a coordenação de Luiz Claudio Garé (Garé Advogados), Manoel Joaquim Pereira dos Santos, Alberto Luís Camelier da Silva, Gabriel Francisco Leonardos, Lillian de Melo Silveira, apresenta os elementos fundamentais do regime protetivo dos diferentes institutos da Propriedade Intelectual: os signos distintivos, as criações técnicas, a concorrência desleal e o **direito** autoral.

(Imagem: Arte Migalhas)

Os autores apresentam os conceitos introdutórios e as noções gerais sobre a proteção internacional e as bases constitucionais deste ramo do Direito. A análise também recai sobre os contratos, um dos ângulos mais relevantes da atividade profissional, e a tutela dos direitos de **propriedade** Intelectual, outra importante vertente na prática da advocacia. Em toda a obra, são apresentadas referências bibliográficas para que o leitor possa aprofundar os temas ou esclarecer eventuais dúvidas.

Com enfoque didático porém preservando o rigor técnico, cada texto foi concebido na forma de comentários para facilitar a compreensão do que é indispensável aos diversos aspectos da matéria pelo profissional que se depara com uma consulta ou outro tipo de caso prático. A organização de um evento com música, por exemplo, envolve **direito** autoral, bem como o início de uma atividade empresarial requer proteção ao negócio ao passo em que é preciso não violar direitos de terceiros.

Assim, a obra constitui uma importante fonte de referência para todos aqueles que procurem conhecimentos básicos, como, por exemplo, estudantes de Direito ou de ciências afins e mesmo empresários ou gestores. "Em um mundo cada vez mais globalizado e conectado, no qual a inovação e a criatividade são essenciais para o desenvolvimento econômico e social, é imprescindível compreender as nuances e os desafios que envolvem a proteção dos direitos intelectuais", comenta em prefácio Patricia Vanzolini, presidente da OAB/SP.

O Manual de Propriedade Intelectual visa capacitar advogadas e advogados a lidarem de forma eficiente com as demandas desafiadoras do mercado. Ao estarem atualizados e munidos das informações essenciais, terão maior segurança para orientar seus clientes. Neste livro, eles encontrarão um valioso conjunto de conhecimentos, exemplos práticos e reflexões que certamente enriquecerão o repertório e ampliarão as perspectivas profissionais.

Sobre os coordenadores

Luiz Claudio Garé é advogado formado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Sócio fundador de Garé Advogados, atuante na área de **Propriedade** Intelectual desde 1990. Membro do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e Outros Delitos contra a **Propriedade** Intelectual. Consultor Jurídico do Grupo de Proteção à **Marca-BPG**. Presidente da Comissão Especial de **Propriedade** In-

Continuação: Lançada a obra "Manual de Propriedade Intelectual"

lectual da OAB-SP, triênio 2022/2024.

Manoel Joaquim Pereira dos Santos é professor do curso de **Propriedade** Intelectual e Direito de Inovação do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da FGV/SP e do Curso de Especialização em Direito e Tecnologia da Informação da Escola Politécnica da USP. Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito pela New York University. Autor de obras e artigos sobre **Propriedade** Intelectual.

Alberto Luís Camelier da Silva é advogado, Bacharel, Mestre e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP, Ex-Presidente da **ASPI** - Associação Paulista da Propriedade Intelectual (2001-2005), Membro de Honra Vitalício da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Membro do Comitê de Ensino Jurídico e Relações com Faculdades do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/SP.

Gabriel Francisco Leonardos é Graduado pela UER-

J; LLM pela Universidade Ludwig-Maximilian de Munique. Mestre em Direito pela USP. MBA pela FGV. Advogado. Presidente da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (desde 2022).

Lilian de Melo Silveira é advogada e Agente da **Propriedade** Industrial, graduação e pós-graduação pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especialista em **propriedade** intelectual com escritório em São Paulo, ex-presidente da **ABAPI** em dois mandatos e atualmente em seu Conselho de Honra; pertence ao Conselho de Honra Vitalício e ao Conselho Editorial da **ABPI**; membro consultor da Comissão Especial de **Propriedade** Intelectual da OAB/SP na atual gestão e participou de todas as Comissões anteriores desde 2005; membro da FIA - Federação Interamericana de Advogados e **AIPPI** - Associação Internacional de Proteção à **Propriedade** Intelectual.

Publicado sexta-feira, 8 de dezembro de 2023

## Lançada a 27ª edição da "RDAI"

Lançada a 27ª edição da "RDAI - Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance"

Lançamento

0

Thomson Reuters - Revista dos Tribunais lança a 27ª edição da "RDAI - Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance", coordenada por Augusto Neves Dal Pozzo (Dal Pozzo Advogados) e Ricardo Marcondes Martins.

A RDAI cumpre plenamente sua linha editorial: contribuir para o aprimoramento científico do Direito Administrativo por meio da publicação de conteúdo nacional, estrangeiro, pareceres e entrevistas - isso apenas para citar alguns dos formatos disponíveis.

O número 27 da RDAI traz sete seções, sendo uma delas a de Direito Administrativo.

Dentro da Teoria Geral, apresentamos o trabalho intitulado "Hermenêutica constitucional", de autoria de um dos coordenadores da RDAI, Doutor Ricardo Marcondes Martins, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, no qual apresenta um amplo estudo sobre a compreensão de uma Constituição rígida.

Já dentro do assunto de "Contratos administrativos", há o trabalho intitulado "A **propriedade** intelectual na contratação pública: entre a proteção da titularidade do poder público contratante e a promoção da inovação", de autoria da Doutora Patrícia Baptista, Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, em que examina os **direitos** autorais nos contratos administrativos.

Publicado sexta-feira, 8 de dezembro de 2023



## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 6, 8

**Denominação de Origem**

5

**ABPI**

6

**Propriedade Intelectual**

6, 8

**Pirataria**

6

**Propriedade Industrial**

6

**Entidades**

6